

DÍVIDA EXTERNA

Policaro depõe na Câmara

NELSON TORREÃO

BRASÍLIA — O ex-presidente do Banco do Brasil (BB), Alberto Policaro, assumiu ontem, em depoimento na Câmara de Deputados, a responsabilidade por mandar pagar integralmente uma dívida de US\$ 71,8 milhões, contratada por usineiros de Alagoas com um consórcio de bancos liderado pelo Midland Bank. "Autorizei o pagamento consciente do meu ato", disse Policaro em resposta ao deputado José Tomás Nonô (PMDB-AL).

Os usineiros queriam que o BB lhes emprestasse US\$ 16,5 milhões para que pudessem comprar a dívida com deságio de 65%. Policaro tentou explicar aos deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as atividades do BB, por que se negou a conceder o empréstimo. No depoimento de cinco horas, veio a público pela primeira vez uma carta do Midland aos usineiros em que o banco confirmava o interesse na operação.

O documento é assinado por Samuel Bosch, em papel timbrado da Midland Montagu Administração e Participações, com sede em São Paulo, e datado de 5 de outubro de 1990, um dia depois de a proposta ter sido apresentada a Policaro pela Diretoria de Operações Internas do BB. Policaro estranhou que só agora a auditoria interna do BB tenha conseguido o documento. "Jamais os credores entraram em entendimento com a presidência do Banco



José Paulo Lacerda/AE

Policaro assume responsabilidade na CPI: "Estava consciente do meu ato"

do Brasil sobre a operação", disse Policaro. Na carta, o Midland dava prazo de 17 dias para que a operação se concretizasse, considerado insuficiente por Policaro.

Ele disse que as usinas que pleiteavam o financiamento estavam inadimplentes e processavam o BB na Justiça contra o pagamento de correção monetária de empréstimos anteriores. Os bens dos usineiros que poderiam garantir o novo empréstimo já estavam empenhados ao Produban, o banco estadual de Alagoas. O ex-presidente do BB alegou ainda que o risco do banco na operação original era zero, pois

o Tesouro era o avalista final. Se concordasse com o novo empréstimo, estaria assumindo um risco novo para o Banco do Brasil.

O ambiente na CPI era hostil ao ex-presidente do BB. O deputado José Nonô qualificou a decisão de Policaro de honrar o aval de "criminoso". O deputado Luís Gushiken (PT-SP) também não se convenceu com as explicações de Policaro. Apenas o deputado Fernando Carrión (PDS-RS) pareceu concordar com Policaro, ao lembrar que depois de honrar o aval o BB deve cobrir o dinheiro do devedor original, no caso os usineiros.